



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

Silvânia Brito Araújo
Professora da Rede Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), Brasil
Endereço eletrônico: silbaraujo@yahoo.com.br

Ennia Débora Passos Braga Pire
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: enniadebora@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte de uma pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi analisar a implementação das creches universitárias na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Considerando o objeto de estudo da pesquisa como inerente ao campo da política educacional, especificamente, da educação infantil, este texto tem como objetivo discutir os termos Política, Política Pública e a Política Educacional apontando suas especificidades.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, optamos pela pesquisa de cunho qualitativo; utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS

Para entender a política educacional é preponderante definir, em primeiro lugar, o que é política? Como se constitui uma política pública? Somente após essas definições, é que podemos de fato entender a política educacional. Dessa forma, podemos começar definindo o que vem a ser política, a partir das contribuições de Oliveira:

Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição da participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis*. Convém lembrar, no entanto que a palavra pública tem a sua origem latina, *publica*, o que vem significar povo, ou seja do povo. (OLIVEIRA, 2010, p. 93)



Vê-se, portanto, que a palavra política é usada para se referir tudo que está relacionado a pólis (*cidade-estado*), tomando como base a coletividade, relacionado ao público.

Nessa direção, como podemos definir políticas públicas? Não existe uma única definição de Políticas Públicas como podemos perceber através do trabalho de Souza (2003). A autora nos apresenta o ponto de vista e as definições sobre políticas públicas de alguns autores em momentos históricos um pouco distintos:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2003, p. 12-13).

O levantamento de definições sobre políticas públicas apresentadas pela autora nos faz pensar que, apesar das políticas públicas traduzirem os propósitos do governo com base na demanda apresentada pelo povo, historicamente essa participação do povo nas decisões tem acontecido de maneiras distintas. No entanto, o Estado se constitui como um agente sempre presente quando se trata de políticas públicas. Boneti (2007, p. 74) afirma que “o estado se torna um agente que repassa à sociedade civil as decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre os agentes do poder”. A partir dessa perspectiva o autor conceitua políticas públicas da seguinte maneira:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de força que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas às instituições estatais, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimento. (BONETI 2007, p.74)

O autor compreende política pública como sendo o resultado da dinâmica do jogo no âmbito das relações de poder a parte dessa lógica existe uma diferenciação entre a



política pública e política, a dimensão 'pública' de uma política é dada não pelo tamanho do aglomerado social sobre o qual se reflete, mas pelo seu caráter “preponderante” isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público, a política é de um modo geral praticada pela sociedade civil, e não apenas pelo governo.

Desta forma, podemos perceber que a política pública envolve o governo, como sinaliza Azevedo (2003). Sendo assim a política pública surge como uma forma de equacionar problemas econômicos e sociais de maneira a promover o desenvolvimento do país.

Desse modo, a política pública aqui é compreendida como um processo complexo, espaço de disputas que deixam explícitas concepções de sociedade, indivíduo e escola.

Política Educacional o que é?

A Política Educacional é o nome dado a uma série de medidas planejadas e implementadas por um governo no campo da educação, intervindo nos processos formativos e informativos desenvolvidos em sociedade. “A política educacional diz respeito à medida que o poder público toma relativamente aos rumos que se deve imprimir à educação”. (SAVIANI, 2005, p. 29).

Oliveira define Política Educacional como:

[...] políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito a educação. (OLIVEIRA, 2010, p. 96)

Nesse contexto, podemos entender as políticas educacionais como um dos campos táticos onde o Estado desenvolve estratégias daquilo que conduz a sua ação do fazer e o deixa de fazer (AZEVEDO 2003). Desse modo, a questão educacional assume diferentes traços, a depender da conjuntura em que está inserida. Em outras palavras, é quando o Estado materializa suas intervenções no campo educacional, constitui-se, também, como arena em que interesses conflitantes entre grupos que buscam atingir seus objetivos.



Dessa forma, podemos fazer alusão ao significado da política educacional como um componente do conjunto de políticas públicas, o qual se materializa na ação ou não ação do Estado, com a participação/interação dos diferentes sujeitos coletivos, tendo como referência os governos, cuja ação se fazem com o intuito de regular o setor educacional. Com efeito, as políticas são caracterizadas de diferentes maneiras, a depender do interesse de um dado tempo político-histórico. No entanto, o fato do Estado se isentar e transferir responsabilidades em relação a determinado problema, também se constitui política, Oliveira (2010).

É importante ressaltar que as políticas educacionais são estratégias daqueles que conduzem o Estado (o poder estatal). Desse modo, toda política tem a ver com economia, não sendo possível, afastá-la do sistema de produção econômica capitalista do Estado que a conduz.

[...]. Impossível pensar a educação sem pensar nas alterações da base produtiva, nas exigências de reorganização do capital, sempre explicitadas pela constante modernização do sistema. Nesse sentido, impossível pensar a educação fora do espectro da contradição que põe lado a lado a mudança e a permanência, que impõe novas formas de trabalho no interior da mesma relação de produção, que aciona velhas atitudes, apenas maquiadas pelo velho dogma do mercado. (NAGEL, 2001, p. 101).

Diante do exposto é importante deixar explícito que a situação educacional não é algo isento das articulações políticas no âmbito mundial, nacional e local e ainda é marcada por desigualdades sociais expressivas, pelas interferências das tensões e conflitos entre os diferentes sujeitos sociais – sociedade civil, igreja, movimentos sociais.

Vale ressaltar o fato de que jogo de interesses e as ocorrências de mudanças nas políticas educacionais estão ligadas à materialidade da redefinição do papel deste Estado ao longo do tempo. Diante disso, não podemos considerar as políticas públicas educacionais em si mesmas, de fato elas não se constituem um processo meramente técnico, mas incluem valores e princípios, reverbera o resultado das lutas por uma concepção de educação, escola, sociedade, e a que tipo de indivíduos essa política educacional pretende desenvolver. Quando falamos de política educacional, estamos fazendo referências aos processos e mecanismos instituídos pelo Estado para sustentar e controlar as relações sociais em um determinado tempo histórico.



CONCLUSÃO

No caminhar desta investigação, pudemos identificar que existe uma diferença entre política e política pública, vale ressaltar que política é de um modo geral praticada pela sociedade civil, porém políticas públicas traduzem os propósitos do governo que tem como ator principal o Estado, nesse sentido, toda política pública é de responsabilidade do Estado. A política educacional diz respeito às decisões que o poder público, isto é, o Estado, toma em relação à educação, é a materialização intervenções no campo educacional.

PALAVRAS- CHAVE: Política; Política Pública; Política Educacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local:** programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BONETI, L. W. **Política públicas por dentro.** Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

NAGEL, Lígia Helena. O Estado Brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos 80. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Brasil:** Conferências do Seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil e textos do relatório parcial do projeto de pesquisa Programas nas áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná: sua relação com as orientações do BID e BIRD e sua contribuição na difusão das propostas liberalizantes em nível nacional. Cascavel, Paraná: EDUNIOSTE, 2001.

OLIVEIRA, Adão Francisco. Política Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática: In: **Fronteira da Educação: desigualdade, tecnologias e políticas,** organizado por Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Volume III: Século XX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SOUZA Celina. **POLÍTICAS PÚBLICAS:** questões temáticas e de pesquisa Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.